

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.967 - RS (2019/0302325-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : C M N (PRESO)
ADVOGADO : MARIANA FRANCINE FETZNER - RS113218
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA
DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. RECURSO
PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por C. M. N. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no HC n.º 70082566035 (Nº CNJ: 0228512-38.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que foi deferida a aplicação de medidas protetivas em desfavor do ora Recorrente, em 28/06/2019, com fundamento no relato da Ofendida de que "*seu ex-companheiro a ameaçou de morte, dizendo que iria matá-la, caso ela estivesse com alguém*" e, ainda, de que "*perdeu o emprego, pois o homem ameaçou seus patrões*" (fl. 19).

Posteriormente, o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do Recorrente porquanto, em tese, "*mesmo depois de advertido sobre as consequências do descumprimento das medidas protetivas (fl. 18), continuou a ameaçar a vítima e sua família de morte, conforme prints das telas de mensagens*" (fl. 22).

A Magistrada de piso acolheu o pedido ministerial para determinar a prisão preventiva em 14/08/2019 (fl. 22).

O pedido de revogação da custódia foi indeferido (fl. 24).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte local (fls. 98-102).

Neste *writ*, alega o Recorrente, em síntese: a) que não descumpriu as medidas protetivas impostas, já que "*o perfil que mandou as mensagens para a Vítima*

Superior Tribunal de Justiça

não está no nome do Paciente" (fl. 111); b) que a Vítima *"já manifestou interesse em desistir da ação penal, de forma extrajudicial, visto que se dirigiu a Vara da Violência Doméstica da Comarca de São Leopoldo, para essa finalidade"* (fl. 111); c) a ausência de fundamentação do decreto prisional; d) a inexistência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva; e) a suficiência de cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 140-142).

As informações foram prestadas (fls. 146-148; 150-153; 156-161 e 173-174).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 164-167, opinou pelo não provimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre salientar que *"[o] exame da suposta ausência de indícios suficientes da autoria delitiva demandaria ampla dilação probatória, o que é vedado na via estreita do habeas corpus"* (HC 444.692/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2018).

No mais, em consulta às informações prestadas pelo Magistrado de piso (fl. 173), verifico que foi revogada a prisão cautelar do Recorrente em 23/10/2019. Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no provimento do recurso.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora